

# Crise paralisa a economia

■ *Governo limita-se a administrar o dia-a-dia e prorroga as decisões mais importantes*

Nélia Marquez e  
Sônia Filgueiras

BRASÍLIA — Oito meses depois de aprovada a legislação que definiu as regras para a renegociação da dívida dos estados e municípios, o governo federal não conseguiu até agora assinar qualquer contrato para o refinanciamento dos débitos. Até mesmo Santa Catarina, que já tinha feito a adesão formal ao contrato de renegociação, em solenidade no Palácio do Planalto, voltou atrás. Enquanto não for resolvida a crise política nós não conseguiremos fechar qualquer acordo, reconhece um dos assessores do ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira.

A indefinição em relação ao refinanciamento dos débitos dos estados e municípios junto às instituições financeiras federais é apenas um dos programas que a equipe econômica não conseguiu levar à frente por causa da crise política do governo. Os assessores de Márcilio já consideram perdida a batalha pela aprovação da reforma fiscal. Os técnicos iniciaram, esta semana, estudo para uma reforma fiscal de emergência, que possibilite ao governo um ganho na arrecadação tributária de 1993.

A crise política fez também com que o Ministério da Economia interrompesse por um mês as reuniões das 40 câmaras setoriais, fórum que reúne empresários, empregados e governo de diversos ramos empresariais. Nós apenas estamos administrando os problemas do dia-a-dia, define um diretor do Banco Central. Temos que acompanhar o comportamento do mercado, disse ele. As reuniões do Conselho Monetário Nacional (CMN), antes palco de grandes debates, passaram a ser convocadas para praticamente homologar votos já decididos *ad referendum*.

Até mesmo os cortes adicionais no orçamento de 1992, previstos para o quarto trimestre, que garantiriam o cumprimento das metas acertadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não saíram da gaveta. Vejo que o ajuste fiscal está mais longe, lamenta o assessor do ministro. Em meio à paralisação da área econômica, o diretor de Administração do Banco Central, Cincinato Rodrigues, em reunião com todos os chefes de departamento convocada pelo presidente do BC, Francisco Gros, apresentou uma proposta inusitada: um planejamento estratégico com 790 planos de ação para os próximos três anos.



*Simonsen: saída do ministro agora só serviria para agravar o quadro econômico*

Josemar Ferrari